



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

031. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO FUNDIÁRIO – PROCESSOS AGRÁRIOS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
- 12.** Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
- 13.** Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
- 14.** Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
- 15.** No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
- 16.** Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:
- (A) cooperativismo.
 - (B) aproveitamento racional e adequado.
 - (C) habitação para o trabalhador rural.
 - (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
 - (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.
24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. Assinale a alternativa que contém a característica correta sobre a desapropriação para fins de reforma agrária.
- (A) Garantir a melhor distribuição de terras mediante modificações no regime da posse e uso, a fim de atender aos Princípios da Justiça Social e da Função Social da Cidade.
 - (B) A reforma agrária visa extinguir o latifúndio, gradativamente, incluindo o imóvel rural, cujas características recomendam, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado.
 - (C) O seu objeto não pode ser a pequena e média propriedade rural, o minifúndio e os bens de família.
 - (D) Tem como alvo o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, pouco importando a existência, sob o ângulo da propriedade, de condomínio constituído no local.
 - (E) A fixação de justa indenização será estimada levando-se em conta o valor declarado do imóvel para efeito do Imposto Territorial Rural, desconsiderando o valor das benfeitorias e o seu valor venal.
26. Entende-se por georreferenciamento:
- (A) O memorial descritivo executado por profissional habilitado, com a emissão da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por parte do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis, exigido em caso de reconhecimento de terras tradicionalmente indígenas, visando ao desmembramento, parcelamento ou remembramento das áreas.
 - (B) A identificação do imóvel, rural ou urbano, a partir de suas características e confrontações, localização, área, logradouro, número e de sua designação cadastral, se houver.
 - (C) Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação para fins de matrícula será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA.
 - (D) Laudo técnico utilizado em caso de desapropriação para fins de reforma agrária visando à constatação geofísica do terreno, à capacidade produtiva do imóvel rural e ao grau de conservação dos recursos naturais.
 - (E) Método de definição da forma, dimensão e localização de um imóvel, por meio de levantamento topográfico, não permitido para fins de registro da matrícula de imóveis rurais.
27. Assevera a Constituição que a República Federativa do Brasil é soberana. Neste contexto, pode-se afirmar sobre a soberania:
- (A) Princípio constitucional que tem como elementos a unidade, indivisibilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade.
 - (B) É o pórtico que tem como característica essencial garantir a autonomia dos entes federativos, de modo a permitir a autonomia recíproca.
 - (C) Do ponto de vista externo, agrega as capacidades de auto-organização, autogerenciamento financeiro, autogoverno, de modo a constituir objetivo fundamental para a solução pacífica dos conflitos.
 - (D) Princípio fundamental que proíbe o direito de secessão, não permitindo, assim, que os entes federativos possam ser separados.
 - (E) Fundamento que estabelece a forma de governo no Brasil, o qual compreende como elementos o povo, o território, a finalidade e a própria soberania.

28. O Brasil ratificou a Convenção da ONU, comprometendo-se a assegurar que todos os atos de tortura sejam considerados crimes, devendo puni-los, adequadamente (“*Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*”, artigo 4.º, ratificada em 10.12.84). Nesse contexto, pode-se afirmar que a Constituição Federal delineou o crime de tortura com o seguinte perfil:
- (A) Catalogado como crime hediondo, é insuscetível de graça, anistia e indulto, não admitindo a progressão da pena.
 - (B) A conduta criminal é inafiançável e imprescritível, devendo a aplicação da pena ser individualizada ao se aplicar a pena privativa da liberdade.
 - (C) Tipificado como crime hediondo, não admite a progressão da pena, nem a aplicação de penas cruéis.
 - (D) Submete-se à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, nos casos previstos em lei, e terá regime especial de extradição, caso cometido por estrangeiro.
 - (E) Como categoria de crime equiparado ao hediondo, o Poder Judiciário deve analisar, de forma individualizada, se o condenado tem direito à progressão do regime da pena.
29. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. Com base no primado constitucional, é correto afirmar:
- (A) O planejamento agrícola inclui as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.
 - (B) O plano nacional de reforma agrária exclui a concessão de terra pública com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica.
 - (C) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de cinco anos ininterruptos, os quais poderão ser conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.
 - (D) Dentre as diretrizes constitucionais de planejamento da política agrícola, exclui-se a criação de instrumentos creditícios e fiscais, matéria restrita ao sistema financeiro nacional.
 - (E) A desapropriação do imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, será indenizada de forma prévia e justa, incluindo as benfeitorias úteis, em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
30. João Valente, residente no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação criminal, teve deferido o requerimento da nacionalidade brasileira. Considerando que a lei não pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nas hipóteses constitucionais, assinale a alternativa correta em relação a qual cargo eletivo ele poderia ocupar.
- (A) Ministro do Estado da Defesa.
 - (B) Deputado Federal.
 - (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Oficial das Forças Armadas.
 - (E) Carreira Diplomática.
31. O reconhecimento do direito de propriedade como fundamental denota, no sistema jurídico constitucional brasileiro,
- (A) a autorização para que todos os entes da federação instituam imposto progressivo em razão do valor do imóvel, se o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado deixar de promover adequadamente aproveitamento previsto no plano diretor.
 - (B) o privilégio dos autores na utilização de seus inventos industriais, bem como proteção extensiva às criações industriais, propriedades das marcas, nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista os direitos iminentes da propriedade particular, do interesse público relevante na exploração econômica e defesa da livre concorrência.
 - (C) a proteção abrangente da propriedade imaterial, como os direitos do autor, incluindo a transmissibilidade dos direitos morais, patrimoniais e conexos.
 - (D) permite a requisição da propriedade particular, em caso de iminente perigo público, indenizável somente no caso de comprovado dano.
 - (E) o reconhecimento da desapropriação-sanção, como exceção, caso em que o pagamento da indenização justa e prévia será feita mediante títulos da dívida pública ou, no caso específico da criação de reservas ambientais, em títulos do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

32. Debate-se muito na doutrina e na jurisprudência a relação intrínseca entre os entes federados na busca do equilíbrio no processo governamental. A forma do Estado revela a indissolubilidade do pacto federativo e traz o problema prático da análise dos graus de autonomia dos seus entes. Para a corrente que adere ao conceito do federalismo assimétrico, um dos paradigmas é o artigo 23 da Constituição Federal, o qual estabelece a competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A respeito de competência comum, é correto afirmar que
- (A) é aquela conferida a mais de um ente federativo para legislar sobre determinadas matérias, previamente fixadas pela Constituição Federal.
 - (B) se trata da competência legislativa classificada como vertical, na qual a União fixa princípios gerais, podendo os demais entes complementar a matéria no que for necessário.
 - (C) se encontra no âmbito da competência administrativa comum, a qual permite que a cooperação na execução de tarefas essenciais para a manutenção das instituições em ação unânime e conjunta ajude a garantir o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar no âmbito nacional.
 - (D) São os casos no qual é permitida a transferência de competências administrativas por meio de delegação.
 - (E) Abrange os casos de competência administrativa remanescente, de modo que são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas constitucionalmente.
33. A Constituição Federal prevê como direitos fundamentais sociais:
- (A) alimentação e lazer.
 - (B) saúde e propriedade.
 - (C) trabalho e cidadania.
 - (D) proteção à maternidade e ao idoso.
 - (E) segurança e livre locomoção.
34. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir o estudo prévio do impacto ambiental, no seguinte caso:
- (A) sempre que se presuma dano à sadia qualidade de vida, conforme o princípio da precaução.
 - (B) somente quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, com ausência de certeza científica sobre as consequências.
 - (C) para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei.
 - (D) apurar os instrumentos econômicos para a proteção do meio ambiente, de modo a definir o impacto do dano ambiental a ser absorvido pelo poluidor.
 - (E) com o fim de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético no País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genérico.
35. Assinale a alternativa que está concatenada corretamente com a hermenêutica constitucional sobre as ações denominadas pela doutrina de remédios constitucionais, previstas no artigo 5.º da Constituição Federal.
- (A) O *habeas data* protege o cidadão contra a falta de norma regulamentadora para o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
 - (B) O mandado de segurança protege o direito líquido e certo de acesso às informações relativas à pessoa do impetrante constantes nos registros ou bancos de dados de entidades governamentais.
 - (C) Fixou-se a posição de que o mandado de segurança é instrumento hábil para atacar a lei em tese, genericamente, incluindo os decretos de efeito concreto, como os que fixam limites territoriais, até outros com maior generalidade.
 - (D) A ação civil pública tutela interesses difusos e coletivos, podendo ser usada também para defesa dos interesses individuais homogêneos, ou seja, aqueles decorrentes de uma origem comum.
 - (E) A ação popular pode ter como objeto a lesão à moralidade administrativa, caso em que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu bastar a comprovação do desvio dos princípios que norteiam a Administração Pública, sendo dispensável a prova do prejuízo material.

36. É correto afirmar sobre os remanescentes das comunidades dos quilombos:
- (A) Abrange as terras originariamente indígenas, equivalente às aborígenes, na acepção de primitivo habitante desse ou daquele país americano, compondo-se por várias etnias que se estruturam geograficamente, sob a forma de aldeias.
 - (B) Compreende terras ocupadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural de grupos étnicos raciais, concebidos pelos critérios da autoatribuição, baseados em trajetória histórica própria, relação territorial específica e presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.
 - (C) Compete exclusivamente à União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras, não cabendo a interferência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) O direito de propriedade das terras ocupadas está implícito na Constituição Federal vigente, uma vez que cabe ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação.
 - (E) Os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas ficam tombados. O reconhecimento da propriedade das terras deve ser atestado mediante autodefinição da própria comunidade, sendo essencial o reconhecimento, pela via judicial, da condição de habitação em caráter permanente e a utilização para as atividades produtivas.
37. A concessão de uso de bens públicos Federais, Estaduais e Municipais tem como particularidade:
- (A) É um ato administrativo que faculta ao particular a utilização privativa do bem de uso comum do povo.
 - (B) Tem natureza de contrato de direito público, sinalagmático, oneroso ou gratuito, comutativo e realizado *intuitu pernoae*, nos limites da destinação.
 - (C) É incondicionada à destinação do bem, motivo pelo qual pode ser concedida com fim no interesse privado ou interesse público, conforme poder discricionário do titular do bem.
 - (D) Não se aplicam as regras do processo de licitação para a concessão de uso de bem público, exigindo-se somente a especificação contratual exata da destinação do bem.
 - (E) No caso de concessão autônoma, o concessionário só pretende o bem como condição material da montagem de um serviço público, ao contrário da concessão acessória, na qual não há conjugação de uma concessão de serviço público.
38. No sentido etimológico, o vocábulo devoluto significa desocupado, assim, terras devolutas eram consideradas terras vagas, abandonadas, não utilizadas, quer pelo Poder Público quer por particulares. Houve a evolução desse instituto, podendo-se afirmar que, atualmente, as terras devolutas têm como característica:
- (A) Integram em sua completude os bens da União, em especial aqueles com destinação para preservação das reservas ambientais e defesa das fronteiras.
 - (B) São classificadas como bens de uso especial, conforme critérios de destinação e afetação, por serem indisponíveis, podem ser utilizadas pela Administração para a realização de suas atividades e consecução de seus fins.
 - (C) Metodologicamente, são catalogadas como bens de uso comum do povo, pois podem ser utilizadas por todos em igualdade de condições, sem a necessidade de consentimento individualizado por parte da Administração, o que permite, inclusive, a usucapião.
 - (D) Relacionadas como espécies do gênero terras públicas, assim como os terrenos reservados da marinha, terras dos índios, ilhas, dentre outros, as quais integram a categoria de bens dominicais pelo fato de não terem qualquer destinação pública.
 - (E) Possibilita a aquisição por meio da usucapião especial com as seguintes condições: trate-se de área rural, inferior a 25 hectares, seja feita a prova da posse ininterrupta e sem oposição pelo período de mais de cinco anos, boa-fé, justo título e inexistência de outro imóvel de que o interessado seja proprietário.
39. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade, segundo termos do artigo 1.196 do Código Civil. Pode-se, assim, afirmar que a posse gera, como efeito,
- (A) o direito à proteção possessória por meio da legítima defesa consistente na reação diante do atentado já consumado.
 - (B) o reconhecimento da percepção dos frutos, com exceção das benfeitorias.
 - (C) no caso excepcional de esbulho cometido pelo poder público ao desapossar alguém sem o processo expropriatório regular, a jurisprudência tem admitido diante do caso concreto que, ao invés de determinar a demolição da obra pública, converta-se o interdito possessório em ação de desapropriação indireta, com a fixação da devida indenização.
 - (D) a proteção possessória não pode ser ajuizada contra o Poder Público, seja quando este comete atentado à posse de particulares, agindo como qualquer particular, seja quando realizar obra pública.
 - (E) o possuidor indireto tem direito à proteção possessória e pode defender a sua posse contra terceiros, sendo a recíproca não verdadeira.

40. O sujeito “A” constatou que o fulano “B” passou a colocar, com frequência, várias cabeças de gado para pastar em seu terreno, fato que perdura há mais de um ano e vem causando-lhe vários danos. Sem sucesso na tentativa de resolver a questão amigavelmente, pretende ingressar com ação possessória, sendo correto afirmar, neste caso:
- (A) A legislação reconhece o direito de “A” em discutir o direito de posse, *ius possessionis* e, na mesma ação, cumular o pedido de condenação por perdas e danos, cominação de pena para caso de novo atentado e o reconhecimento do seu direito de propriedade, tendo em vista a economia processual.
 - (B) Caso “B”, como réu da ação, entenda que, na realidade, é “A” autor da ação, quem está atentando contra a posse terá que alegar em sua resposta a reconvenção para reverter a situação judicialmente, tendo em vista a natureza dúplice das ações possessórias.
 - (C) “B” cometeu turbação, sendo caso de “A” ingressar com ação de manutenção de posse. Como se trata de posse nova, terá direito ao procedimento especial previsto no Código de Processo Civil.
 - (D) “B” cometeu esbulho, sendo caso de “A” ingressar com ação reintegração de posse, caso em que terá que provar a sua posse, o fato atentado, a data do esbulho e a continuação da posse.
 - (E) Se “A” ajuizar, por meio de seu advogado, ação possessória indevida, não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados, considerando a natureza fungível do instituto.
41. O grande marco histórico da propriedade territorial foi estabelecido pela Lei Imperial n.º 601, de 18 de setembro de 1850, regulada pelo Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854. A evolução dessa legislação leva-nos a afirmar em relação ao processo discriminatório das terras devolutas:
- (A) O não atendimento ao edital de convocação ou à notificação do processo administrativo estabelece a presunção de discordância, sendo que os presumíveis proprietários e ocupantes não poderão obter acesso ao crédito oficial ou aos benefícios de incentivos fiscais, bem como terão cancelados os respectivos cadastros rurais junto ao órgão competente.
 - (B) Previsto na lei federal, pode ser aplicado, no que couber, às terras devolutas estaduais, desde que a instância administrativa seja feita obrigatoriamente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mediante convênio.
 - (C) Cabe ao Presidente da Comissão Especial, ao proferir o despacho de encerramento da fase de instrução, comunicar a instauração do processo discriminatório administrativo a todos os Oficiais de Registro de Imóveis da respectiva jurisdição. A partir de então, não poderá ser feita qualquer alteração na matrícula, registro ou averbações nos imóveis em questão, sem que seja dado prévio conhecimento ao Presidente da Comissão, sob pena de crime de prevaricação.
 - (D) Há somente uma instância em que pode ser instaurado o processo discriminatório das terras devolutas, a judicial, considerando o reconhecimento direito constitucional do Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição.
 - (E) O processo discriminatório administrativo será interrompido quando for constatada alteração de quaisquer divisas na área discriminada, derrubada da cobertura vegetal, construção de cercas e transferências de benfeitorias a qualquer título, sem assentimento do representante do Poder Público.
42. Ao voltar de uma viagem, o sujeito “A” encontra seu imóvel invadido por estranhos, de forma clandestina e precária. Inconformado, pretende tomar as medidas judiciais cabíveis, sendo correto ajuizar:
- (A) interdito proibitório, visando à proteção integral da posse.
 - (B) ação de reintegração de posse, uma vez configurado o esbulho.
 - (C) mandado de segurança, diante do direito líquido e certo do proprietário.
 - (D) ação possessória, diante do direito a legítima defesa da posse.
 - (E) ação de manutenção da posse, considerando a ocorrência de turbação.

43. A legislação do Estado de São Paulo dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários, visando
- (A) promover a efetiva exploração agropecuária ou florestal de terras ociosas para fins de reforma agrária.
 - (B) possibilitar a outorga de concessão de uso de terras, na Etapa Definitiva, por meio de contrato, a trabalhadores rurais sem terras ou com terras insuficientes para a garantia de sua subsistência, de que constarão, obrigatoriamente, além de outras que foram estabelecidas pelas partes, cláusulas definidoras: a exploração das terras, direta, pessoal ou familiar, sob pena de sua reversão ao outorgante; a residência dos beneficiários na localidade de situação das terras; o pagamento do preço ajustado para a concessão, sob pena de resolução do respectivo contrato; a indivisibilidade e da intransferibilidade das terras, a qualquer título, sem autorização prévia e expressa do outorgante.
 - (C) consideram-se recursos fundiários os imóveis urbanos e rurais, a qualquer tempo incorporados ao patrimônio das entidades da administração direta e indireta do Estado, excluídas as áreas de preservação permanente, as de uso legalmente limitado e as efetivamente utilizadas em programas de pesquisa e moradia popular.
 - (D) na Etapa Experimental, possibilitar a outorga de permissão de uso do imóvel, pelo prazo de até dez anos, contemplando o grupo de trabalhadores urbanos e rurais selecionados, desde que conste do respectivo termo, dentre outros requisitos, a obrigatoriedade da exploração racional, direta, pessoal e/ou familiar, da terra pelos permissionários.
 - (E) criar oportunidades de trabalho e de progresso social e econômico a trabalhadores urbanos e rurais, com o fim de possibilitar o reconhecimento da usucapião de terras particulares.
44. Entende-se por direito de preempção no Estatuto da Cidade
- (A) a concessão feita pelo proprietário urbano a outrem do direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis, abrangendo o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.
 - (B) construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado no Plano Diretor, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, levando em consideração a proporcionalidade entre a infra-estrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.
 - (C) a autorização concedida ao proprietário de imóvel urbano, privado ou público, de exercer, em outro local, o direito de construir quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários; preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural ou servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.
 - (D) a delimitação de área para aplicação de operações consorciadas consistente no conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.
 - (E) a preferência conferida ao Poder Público municipal para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, a qual deve ser prevista em lei municipal, baseada no plano diretor, com fixação do prazo de vigência não superior a 5 anos e delimitação das áreas de acordo com destinação prevista na lei, como por exemplo, garantir a regularização fundiária ou execução de programas e projetos de interesse social.

45. O Princípio da Instância, previsto na Lei dos Registros Públicos, significa
- (A) a publicidade das transações imobiliárias que deve ser dada em determinada jurisdição, de modo que qualquer pessoa possa requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse no pedido.
 - (B) por pressupor que, quem não observar o dever de fazer o devido registro, deve arcar com o ônus da sua omissão, ao não obter os benefícios do ato, visa evitar que títulos não sejam registrados.
 - (C) a presunção *juris tantum* da força probante dos registros.
 - (D) a exigência da escrituração pública e realização do registro na circunscrição imobiliária da situação do imóvel.
 - (E) salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados por ordem judicial, a requerimento verbal ou escrito dos interessados e, a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.
46. É correto afirmar sobre a permissão de uso e autorização de uso, no âmbito do Direito Administrativo:
- (A) Segundo a classificação dos atos administrativos em espécie, a permissão é um ato de controle, e a autorização, um ato enunciativo.
 - (B) A autorização administrativa é um ato unilateral, discricionário e precário cabível apenas para prestação de serviço público, desempenho de atividade material ou prática de ato que, sem esse consentimento, seria legalmente proibido, chamado de autorização como ato de polícia.
 - (C) A permissão de uso é um ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preenche os requisitos legais o exercício de uma atividade ou utilização privativa de um bem público.
 - (D) A autorização de uso é ato administrativo constitutivo, unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração faculta ao particular o uso de bem público, de forma gratuita ou onerosa. Não é conferida com vista à utilidade pública, mas no interesse privado do utente.
 - (E) A permissão de uso é um ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pela qual a Administração faculta a utilização privativa, para fins de interesse público, de bens públicos de uso comum do povo e uso especial, excluindo os bens dominicais.
47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
 - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
 - (C) Secretaria de Minas e Energia.
 - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
 - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
 - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
 - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
 - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
 - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.
49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
 - (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
 - (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
 - (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
 - (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.

- 50.** Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:
- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
 - (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
 - (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
 - (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
 - (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

